



**Estratégia**  
Concursos

# 5° SIMULADO

# TJRJ

**ANALISTA JUDICIÁRIO**  
**SEM ESPECIALIDADE - PÓS-EDITAL**

# Simulado Especial

## 5º Simulado TJ-RJ Analista Judiciário

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-04-04>**

01 – (A) (B) (C) (D) (E)  
02 – (A) (B) (C) (D) (E)  
03 – (A) (B) (C) (D) (E)  
04 – (A) (B) (C) (D) (E)  
05 – (A) (B) (C) (D) (E)  
06 – (A) (B) (C) (D) (E)  
07 – (A) (B) (C) (D) (E)  
08 – (A) (B) (C) (D) (E)  
09 – (A) (B) (C) (D) (E)  
10 – (A) (B) (C) (D) (E)  
11 – (A) (B) (C) (D) (E)  
12 – (A) (B) (C) (D) (E)  
13 – (A) (B) (C) (D) (E)  
14 – (A) (B) (C) (D) (E)  
15 – (A) (B) (C) (D) (E)  
16 – (A) (B) (C) (D) (E)  
17 – (A) (B) (C) (D) (E)  
18 – (A) (B) (C) (D) (E)  
19 – (A) (B) (C) (D) (E)  
20 – (A) (B) (C) (D) (E)

21 – (A) (B) (C) (D) (E)  
22 – (A) (B) (C) (D) (E)  
23 – (A) (B) (C) (D) (E)  
24 – (A) (B) (C) (D) (E)  
25 – (A) (B) (C) (D) (E)  
26 – (A) (B) (C) (D) (E)  
27 – (A) (B) (C) (D) (E)  
28 – (A) (B) (C) (D) (E)  
29 – (A) (B) (C) (D) (E)  
30 – (A) (B) (C) (D) (E)  
31 – (A) (B) (C) (D) (E)  
32 – (A) (B) (C) (D) (E)  
33 – (A) (B) (C) (D) (E)  
34 – (A) (B) (C) (D) (E)  
35 – (A) (B) (C) (D) (E)  
36 – (A) (B) (C) (D) (E)  
37 – (A) (B) (C) (D) (E)  
38 – (A) (B) (C) (D) (E)  
39 – (A) (B) (C) (D) (E)  
40 – (A) (B) (C) (D) (E)

41 – (A) (B) (C) (D) (E)  
42 – (A) (B) (C) (D) (E)  
43 – (A) (B) (C) (D) (E)  
44 – (A) (B) (C) (D) (E)  
45 – (A) (B) (C) (D) (E)  
46 – (A) (B) (C) (D) (E)  
47 – (A) (B) (C) (D) (E)  
48 – (A) (B) (C) (D) (E)  
49 – (A) (B) (C) (D) (E)  
50 – (A) (B) (C) (D) (E)  
51 – (A) (B) (C) (D) (E)  
52 – (A) (B) (C) (D) (E)  
53 – (A) (B) (C) (D) (E)  
54 – (A) (B) (C) (D) (E)  
55 – (A) (B) (C) (D) (E)  
56 – (A) (B) (C) (D) (E)  
57 – (A) (B) (C) (D) (E)  
58 – (A) (B) (C) (D) (E)  
59 – (A) (B) (C) (D) (E)  
60 – (A) (B) (C) (D) (E)

**PORTUGUÊS****Fake news contaminam as redes e prejudicam combate ao vírus**

Na mesma velocidade com que o novo coronavírus se propaga, as fake news se disseminam pelas redes, causando tanto mal quanto o Sars-CoV-2, à medida que prejudicam o combate à epidemia, para a qual não há remédio ou vacina. Como mostrou o “Fantástico”, da Rede Globo, no domingo, áudios têm espalhado mentiras sobre a doença. Um deles diz: “As medidas de contenção na Itália já mostraram que não deram resultado. Faz 15 dias que a Itália está parada, e faz 15 dias que não param de subir as mortes”.

No entanto, o infectologista Alberto Chebabo, ouvido pelo programa, disse que as medidas na Itália foram tomadas muito tardiamente, quando a epidemia já estava disseminada. De fato, havia muitos que consideravam desnecessário adotar restrições drásticas. Um deles, o prefeito de Milão, Giuseppe Sala, apoiou, no fim de fevereiro, a campanha “Milão não para”. No dia 22, em meio ao luto coletivo pelas mortes que já se contam aos milhares, se desculpou publicamente pelo erro fatal.

Um outro áudio reproduzido pelo “Fantástico” estimula os mais jovens a irem para as ruas: “Quem é saudável e tem idade para aguentar e ser imune vai trabalhar”. No entanto, no sábado, o ministro da Saúde, Henrique Mandetta, defendeu as medidas de isolamento e explicou que mesmo crianças e adolescentes não devem ir à escola, porque, ainda que sejam assintomáticos, poderiam contaminar outras pessoas.

O pesquisador Pablo Ortellado e equipe, que estudam grupos públicos no WhatsApp, afirmam ter detectado um aumento desses áudios a partir do dia 24 de março, após pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro em que ele criticou as medidas de contenção.

Esse contágio das redes sociais pelas fake news prejudicando o controle de doenças não surgiu com a epidemia do novo coronavírus. Nos últimos anos, campanhas de vacinação têm sido vítimas das mentiras. O que provoca estragos nas taxas de imunização.

<https://oglobo.globo.com/opiniao/fake-news-contaminam-as-redes-prejudicam-combate-ao-virus-24339087>

**01. É incorreto** afirmar sobre o texto

- a) As fake news, que já percorrem os meios virtuais, são tão maléficas quanto o coronavírus.
- b) Mentiras sobre a doença só prejudicam o combate à epidemia.

- c) O erro de não ter tomado medidas restritivas para conter a epidemia matou milhares de pessoas no mundo.
- d) Embora existam aconselhamentos para os mais jovens irem trabalhar, o ministro da saúde defendeu medidas de isolamento.
- e) Após o pronunciamento do presidente do Brasil, o número de áudios contendo fake news aumentou.

**02.** Esse tipo de gênero textual tem como característica principal:

- a) veicular a opinião de um determinado meio de comunicação sobre uma situação específica.
- b) defender um determinado ponto vista com a intenção de convencer o leitor sobre ele.
- c) noticiar um fato, com a intenção de torná-lo público, de forma isenta e fidedigna.
- d) versar sobre uma situação corriqueira e cotidiana, situada em um espaço e um tempo bem definidos.
- e) narrar fatos ocorridos nos últimos dias.

**03.** Leia o fragmento, retirado do 2º parágrafo:

“De fato, havia muitos que consideravam desnecessário adotar restrições drásticas.”

A concordância estaria inteiramente correta se a palavra destacada fosse substituída por:

- a) tem
- b) têm
- c) existiam
- d) existia
- e) haviam

**04.** Observe o fragmento do 3º parágrafo:

Um outro áudio (1) reproduzido pelo “Fantástico” estimula os mais jovens a irem para as ruas: “Quem é saudável (2) e tem idade para aguentar e ser imune vai trabalhar”. No entanto, no sábado (3), o ministro da Saúde (4), Henrique Mandetta, defendeu as medidas de isolamento e explicou que mesmo crianças e adolescentes não devem ir à escola, porque, ainda que sejam assintomáticos (5), poderiam contaminar outras pessoas.

Dentre as palavras destacadas e numeradas, são contempladas pela mesma regra de acentuação:

- a) 1 e 3.
- b) 2 e 3.
- c) 3 e 4.
- d) 3 e 5.
- e) 1 e 5.

05. Assinale a opção em que a palavra foi corretamente grafada com **S**, como a destacada em “Na mesma velocidade com que o novo coronavírus se propaga, as fake news se disseminam pelas redes, causando tanto mal quanto o Sars-CoV-2” (1º parágrafo):

- a) As escolas PARALISARAM as atividades por tempo indeterminado.
- b) O jardim EMBELESAVA a casa.
- c) O povo, HORRORISADO, corria dos supermercados.
- d) O técnico PARABENISOU os jogadores.
- e) O juiz FORMALISOU a ordem.

06. Observe o fragmento:

*Na mesma velocidade com que o novo coronavírus se propaga (1), as fake news se disseminam (2) pelas redes, causando tanto mal quanto o Sars-CoV-2, à medida que prejudicam (3) o combate à epidemia, para a qual não há (4) remédio ou vacina. Como mostrou o “Fantástico”, da Rede Globo, no domingo, áudios têm espalhado mentiras sobre a doença. Um deles diz: “As medidas de contenção na Itália já mostraram (5) que não deram resultado. Faz 15 dias que a Itália está parada, e faz 15 dias que não param de subir as mortes”. (1º parágrafo)*

Dentre as palavras destacadas e numeradas, todas estão conjugadas no mesmo tempo verbal, **EXCETO**:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

07. Em “No dia 22, em meio ao luto coletivo pelas mortes que já se contam aos milhares...” (2º parágrafo), o pronome “se” foi obrigatoriamente colocado antes do verbo.

A adequação quanto ao posicionamento do pronome oblíquo átono está em todas as alternativas abaixo, exceto:

- a) Se eles soubessem algo, contar-me-iam tudo.
- b) Prometi-lhe isso.
- c) O bairro para onde nos mudamos é ótimo.
- d) Me liga assim que possível.
- e) Arruma-te logo para irmos ao médico.

08. Observe o fragmento do texto, retirado do terceiro parágrafo:

”**No entanto**, no sábado, o ministro da Saúde, Henrique Mandetta, defendeu as medidas de isolamento e

*explicou que mesmo crianças e adolescentes não devem ir à escola, porque, ainda que sejam assintomáticos, poderiam contaminar outras pessoas.”*

O conectivo destacado pode ser corretamente substituído, sem alterar o sentido da oração, por:

- a) Contudo
- b) Mas também
- c) Logo
- d) Assim
- e) E

09. Marque a alternativa em que a palavra destacada seja pronome relativo:

- a) “Na mesma velocidade com **que** o novo coronavírus se propaga, as fake news se disseminam pelas redes” (1º parágrafo)
- b) “à medida **que** prejudicam o combate à epidemia, para a qual não há remédio ou vacina.” (1º parágrafo)
- c) “As medidas de contenção na Itália já mostraram **que** não deram resultado” (1º parágrafo)
- d) “No entanto, o infectologista Alberto Chebabo, ouvido pelo programa, disse **que** as medidas na Itália foram tomadas muito tardiamente” (2º parágrafo)
- e) “defendeu as medidas de isolamento e explicou **que** mesmo crianças e adolescentes não devem ir à escola.” (3º parágrafo)

10. Julgue as afirmações e marque a alternativa correta, referente à pontuação do seguinte trecho:

“No entanto, no sábado, o ministro da Saúde, Henrique Mandetta, defendeu as medidas de isolamento e explicou que mesmo crianças e adolescentes não devem ir à escola, porque, ainda que sejam assintomáticos, poderiam contaminar outras pessoas.”

I – A primeira e a segunda vírgulas são empregadas por isolarem locução adverbial intercalada.

II – A terceira e a quarta vírgulas são empregadas por isolarem aposto explicativo intercalado.

III – A expressão intercalada “mesmo crianças e adolescentes” deve ser isolada por vírgulas, a fim de manter a correção gramatical.

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)**

**11.** Segundo a LODERJ, compete aos juízes de direito em matéria do idoso:

- a) expedir cartas de sentença ou boletins de informação cadastral, conforme preso ou foragido o condenado, e encaminhá-los à Vara de Execuções Penais após o trânsito em julgado da sentença ou acórdão, nos casos de medida de segurança de internação e pena privativa de liberdade, inclusive nas hipóteses de revogação de sursis, conversão de pena restritiva de direito em privativa de liberdade, ou conversão de tratamento ambulatorial em medida de segurança de internação.
- b) adotar o mesmo procedimento quando, no curso da execução, venha a ser revogada a suspensão condicional ou ocorrer a conversão, em privativa de liberdade, de pena de outra natureza inicialmente imposta ao condenado.
- c) processar, julgar e praticar todos os atos concernentes aos direitos dos idosos em situação de risco, na forma da lei.
- d) cumprir as precatórias atinentes à matéria de sua competência.
- e) processar e julgar a execução das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança detentivas que importem no recolhimento dos réus ou pacientes a estabelecimento penal do estado.

**12.** Com base na LODERJ, quanto aos Conselhos de Justiça Militar, marque a alternativa incorreta.

- a) Como órgão de primeira instância da Justiça Militar estadual funcionará o Tribunal de Justiça, ao qual caberá também decidir sobre a perda do posto e da patente de oficiais.
- b) Ao juiz de direito e aos Conselhos de Justiça Militar incumbe processar e julgar as causas de sua competência específica.
- c) Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares acusados dos crimes militares definidos em lei.
- d) O cargo de juiz auditor será exercido por juiz de direito de entrância especial.
- e) Ao juiz auditor, além da competência prevista na legislação aplicável, compete presidir os Conselhos

de Justiça e redigir as sentenças e decisões que profiram.

**13.** Conforme a Lei n.º 4.620/2005, a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, refere-se à:

- a) Progressão Horizontal.
- b) Progressão Vertical.
- c) Acesso.
- d) Promoção.
- e) Progressão funcional.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**

**14.** Acerca do direito de petição dos servidores do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto-Lei nº 2.479/79, é correto afirmar que:

- a) os requerimentos são dirigidos à autoridade a quem estiver imediatamente subordinado o requerente.
- b) os requerimentos devem indicar nome, cargo, matrícula, unidade administrativa em que é lotado o funcionário, e sua residência, sob pena de não recebimento.
- c) o pedido de reconsideração pode ser renovado uma vez, quando a autoridade proferir decisão denegatória.
- d) o prazo para decisão do requerimento e do pedido de reconsideração é de oito dias úteis, salvo em caso que obrigue a realização de diligência ou de estudo especial.
- e) o recurso hierárquico é cabível na hipótese de indeferimento do pedido de reconsideração, não podendo ser renovado.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)**

15. À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é órgão jurisdicional do Tribunal, exceto

- a) órgão especial
- b) escola da magistratura do estado do Rio de Janeiro
- c) fundo especial do Tribunal de Justiça
- d) escola de administração judiciária
- e) escola da magistratura

16. À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, não é função do Conselho da Magistratura

- a) exercer superior inspeção e manter a disciplina na Magistratura, determinando correições e sindicâncias.
- b) velar pela conduta dos Magistrados, exigindo-lhes a observância das obrigações estabelecidas em lei e dos deveres inerentes ao cargo.
- c) promover as medidas de ordem administrativa necessárias à instalação condigna dos serviços judiciários e seu funcionamento.
- d) determinar, mediante provimento geral ou especial, as medidas necessárias ao funcionamento da Justiça, ao seu prestígio e à disciplina forense.
- e) realizar correição geral, permanente ou periódica, expedindo as instruções necessárias para a execução das atividades do judiciário

17. Considere os seguintes conflitos de competência

- I - Conselho da Magistratura e qualquer Órgão Julgador do Tribunal.
- II - Entre Grupos Criminais,
- III - Entre as Câmaras Cíveis.
- IV - Entre as Câmaras Criminais.
- V - Entre Juízos Cíveis e Criminais.

Segundo o Regimento Interno do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro, compete ao Órgão Especial julgar e processar os conflitos de competência elencado em:

- a) Apenas I
- b) Apenas I e II

- c) Apenas I, II e III
- d) Apenas I, II, III e IV
- e) Todos os itens

18 Com base na Consolidação Normativa Judicial, as inspeções constituem a atividade verificatória de rotina da Corregedoria Geral da Justiça, visando à coleta de informações de interesse da Administração através do efetivo levantamento da realidade da unidade.

As inspeções serão realizadas

- a) Por determinação do Presidente do Tribunal
- b) Por determinação do Juiz de Direito Dirigente do NUR
- c) Por determinação de Juiz de Direito
- d) Por determinação do Chefe da Serventia
- e) Por determinação dos Servidores

**DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

19. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. Sobre este último tema, assinale a alternativa correta:

- a) Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela. O processo de tomada de decisão apoiada, por sua vez, será determinado pelo curador.
- b) A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva fundamental, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o maior tempo possível para garantir a proteção da pessoa com deficiência.
- c) Os curadores prestarão contas de sua administração ao juiz quando intimados, apresentando o balanço do respectivo período.
- d) A curatela impede que a pessoa com deficiência contraia matrimônio.
- e) A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

**ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

20. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito à ética e a moral.
- a) Ética é a parte da filosofia que estuda os fundamentos da moral e os princípios ideais da conduta humana.
  - b) Ética e moral são termos que têm raízes históricas semelhantes e são considerados sinônimos, uma vez que ambos se referem a aspectos legais da conduta do cidadão.
  - c) Importante característica da moral, o que a torna similar à lei, é o fato de ser absoluta e constituir um padrão para julgamento dos atos.
  - d) Apesar de estritamente relacionadas, ética e moral não se confundem. No entanto, os princípios éticos pressupõem determinadas regras morais de comportamento
  - e) A ética ocupa-se de questões subjetivas, abstratas e essencialmente de interesse particular do indivíduo, sem relação com valores ou condutas sociais.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

21. No que se refere ao princípio da razoabilidade, assinale a alternativa correta:
- a) permite ao intérprete do Direito Administrativo escolher soluções ilegais que se mostrem razoáveis.
  - b) sua violação suscita a anulação do ato administrativo.
  - c) exige que a administração pública indique os fundamentos de fato e de direito que levaram a uma decisão.
  - d) não pode ser utilizado como critério para o controle judicial da Administração.
  - e) não é utilizado no Brasil, na medida em que não está expresso na Constituição.

22. Suponha que o Estado do Pará planeja adquirir um navio, para, posteriormente, instalar leitos de terapia intensiva na embarcação, implantando equipamentos para viabilizar ventilação mecânica aos enfermos (respiradores). O navio, com custo estimado em R\$ 20 milhões, será utilizado no atendimento das populações ribeirinhas.

Nestes termos, a aquisição do navio consiste em hipótese

- a) de inexigibilidade de licitação.
- b) de licitação dispensada.
- c) de licitação dispensável.
- d) em que se exige a adoção da modalidade licitatória concorrência.
- e) em que se exige a adoção da modalidade licitatória pregão.

23. Imagine que determinada autarquia promoveu concurso público destinado ao preenchimento de determinado cargo, fazendo constar 1 vaga no edital, além da formação de cadastro reserva. Uma vez homologado o certame, foi obtida a seguinte ordem de classificação: 1º - Huguinho; 2º - Zezinho; 3º - Luizinho. Logo no início da validade do concurso, Huguinho desistiu da nomeação, bem como houve vacância em 1 cargo daquela carreira, decorrente da aposentadoria de Heitor. Nesta situação:

- a) Zezinho e Luizinho possuem direito subjetivo a serem nomeados, podendo manejar mandado de segurança em sua defesa.
- b) Zezinho tem direito subjetivo a ser nomeado, diferentemente de Luizinho que possui mera expectativa.
- c) Zezinho tem direito subjetivo a ser nomeado durante o primeiro ano de validade do concurso.
- d) Zezinho e Luizinho possuem mera expectativa de direito à nomeação.
- e) Luizinho somente teria direito a ser nomeado, caso fosse compulsória a aposentadoria de Heitor.

**24.** Determinado município instituiu taxa de prevenção e combate a incêndios a ser cobrada dos munícipes, de acordo com a área dos imóveis constantes dos bancos de dados do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), em razão do exercício do poder de polícia administrativa.

Tomando por base a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sabe-se que a referida taxa:

- a) viola a Constituição Federal.
- b) pode ser criada caso exista efetivo aparato fiscalizatório.
- c) somente poderia ser criada para a atividade de prevenção, mas não em relação ao combate a incêndio.
- d) poderia ser criada mediante decreto regulamentar.
- e) poderia ser criada mediante decreto autônomo.

**25.** Se ficar comprovada a ocorrência de superfaturamento em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação, pelo dano causado à Fazenda Pública haverá responsabilização:

- a) subsidiária do fornecedor e do agente público responsável.
- b) solidária do fornecedor e do agente público responsável.
- c) subsidiária do agente público responsável e do fornecedor.
- d) solidária do fornecedor e da comissão permanente de licitação.
- e) exclusiva do fornecedor contratado.

**26.** No que se refere à prestação de serviços públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que deve observar os termos da Lei 8.987/1995, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do respectivo contrato pelo poder concedente.
- b) A autorização de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que deve observar os termos da Lei 8.987/1995, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do respectivo contrato pelo poder concedente.

c) As concessionárias de serviços são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de cinco datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

d) As concessionárias de serviços são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de três datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

e) É dever do poder concedente receber, apurar e solucionar reclamações dos usuários, cientificando-os, em até 30 dias, das providências tomadas.



**DIREITO CONSTITUCIONAL**

27. Jaécio trabalha como empregado no setor de compras de empresa pública no Estado X e, certo dia, recebeu a determinação, por parte do dirigente da entidade, para que fosse providenciada a aquisição de mobiliário diretamente da indústria de móveis de seu cunhado, visando à melhoria do conforto dos servidores nas dependências da empresa. No mesmo dia, o Governador do Estado X determina a contratação, também sem licitação, de empresa que ficaria encarregada da construção de um novo reservatório de água destinado ao reforço do abastecimento nas regiões atingidas por um longo período de estiagem. Jaécio, incomodado com tais acontecimentos e movido pelo desejo de exercer sua cidadania, decide estudar a Constituição Federal e a jurisprudência para conhecer possíveis providências a serem tomadas nessas situações. Sendo assim, pode-se afirmar que o servidor:

- a) Poderia, mediante assistência de um advogado, propor ação civil pública contra a empresa para a qual trabalha, perante a justiça estadual de primeiro grau. Em relação ao ato do governador, cabe o ajuizamento da mesma ação diretamente no Tribunal de Justiça do Estado X.
- b) Apenas poderia utilizar a ação popular, nas situações mencionadas, caso o ato lesivo ao patrimônio público viesse a ser, de fato, consumado, independentemente de assistência de advogado.
- c) Nos dois casos poderá, mediante assistência de um advogado, ajuizar ação popular não só contra a empresa para a qual trabalha, mas também contra o ato do governador, na instância ordinária da justiça estadual.
- d) Deverá interpor mandado de segurança contra o ato do dirigente da empresa pública, perante o Tribunal de Justiça de seu Estado, e, no que diz respeito ao ato praticado pelo governador, a ação cabível é a ação popular, a ser interposta diretamente no STJ, por expressa previsão Constitucional.
- e) Poderá propor ação popular perante o STJ, nas duas situações, já que se trata de remédio constitucional cuja legitimidade ativa pertence a qualquer do povo.

28. Foram suscitados, perante o Supremo Tribunal Federal, dois conflitos de competência envolvendo o Superior Tribunal de Justiça: o primeiro, entre este e o Tribunal Regional Federal da 2ª Região; o segundo foi instaurado entre a Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. De acordo com a correta interpretação das regras contidas no texto constitucional, pode-se afirmar que:

- a) O primeiro caso trata, em verdade, de hierarquia de jurisdição, o que exclui a competência do Supremo para o julgamento do conflito.
- b) Os dois conflitos deverão ser decididos pelo próprio Superior Tribunal de Justiça.
- c) Os conflitos mencionados foram corretamente instaurados perante o órgão judiciário competente para a decisão.
- d) O segundo caso deverá ser decidido pelo Tribunal Superior do Trabalho, cabendo recurso ordinário dirigido ao STF.
- e) No primeiro caso, a decisão caberá ao STF, mas o mesmo não se verifica em relação segundo, uma vez que não cabe falar-se em conflito de competência entre o STJ e os tribunais da Justiça do Trabalho.

29. Jeremias, Desembargador, e Geraldo, juiz de direito, ambos vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cometeram crimes comuns, em virtude dos quais estão atualmente sendo processados perante a justiça competente. A respeito das consequências constitucionalmente previstas para as duas situações, assinale a afirmação verdadeira:

- a) Geraldo e Jeremias deverão ser julgados pela justiça estadual de primeiro grau do Estado do Rio de Janeiro e, caso venham a ser condenados pelos crimes cometidos, sofrerão a perda de seus direitos políticos, de forma definitiva.
- b) Geraldo será julgado pelo Tribunal de Justiça de seu Estado e, embora esteja impedido, desde já, de concorrer a qualquer cargo eletivo, apenas ficará com seus direitos políticos suspensos caso a decisão definitiva do Tribunal lhe seja desfavorável.
- c) Geraldo e Jeremias, caso venham a ser definitivamente condenados no âmbito das respectivas ações penais, perderão o cargo e restarão inabilitados para o exercício de quaisquer funções públicas, pelo prazo de oito anos.
- d) O processo contra Jeremias foi ajuizado diretamente no Superior Tribunal de Justiça, mas somente após eventual condenação definitiva ele ficará impedido de concorrer a cargos eletivos.
- e) Tanto Geraldo quanto Jeremias, caso venham a sofrer condenação criminal transitada em julgado, ficarão impedidos de se candidatar a cargos eletivos, mas em ambos os casos permanecerá a possibilidade de exercer o direito ao voto.

30. O Governador do Estado do Rio de Janeiro editou medida provisória versando sobre organização do Poder Judiciário estadual, tema já disciplinado em lei. Logo em seguida, a medida foi submetida à análise do Congresso Nacional que, ao constatar a existência dos pressupostos de relevância e urgência para sua edição, deu seguimento às deliberações em ambas as casas. No entanto, durante a tramitação da proposta, o governador decide, por questões políticas, pela retirada da medida provisória em vigor. Da análise dos dispositivos constitucionais pertinentes, é possível concluir que:

- a) Caso tal medida provisória venha a ser convertida em lei, ela somente poderá ser retirada do mundo

jurídico por meio de uma revogação empreendida por ato de mesma ou superior hierarquia.

- b) O chefe do Executivo não poderá retirar a medida provisória em vigor, cujos vícios eventualmente detectados pelo Poder Legislativo poderão ser convalidados pela sanção do respectivo projeto de conversão em lei pelo governador.
- c) A medida provisória não poderia tratar do tema mencionado, ainda que diante da inexistência de lei tratando da matéria, sendo válida a decisão do governador de fazê-la deixar de vigorar antes de concluídas as deliberações legislativas.
- d) A medida provisória terá revogado a lei anterior que versava sobre o mesmo tema, mas a sanção do governador não poderá convalidar a inconstitucionalidade relativa ao tema objeto de deliberação.
- e) Embora seja proibida a retirada da medida provisória em vigor, por iniciativa do governador, é inconstitucional a abordagem do assunto tratado por intermédio de ato normativo emanado do Poder Executivo.

31. Foi enviada à Assembleia Legislativa do Estado X proposta de emenda à Constituição Estadual, prevendo diversas alterações direcionadas aos membros da Advocacia Pública. Assim, ficou determinado que o Procurador-Geral do Estado deveria ser escolhido dentre integrantes da carreira e que, a partir daquele momento, os membros da instituição passariam a dispor de foro privilegiado perante o Tribunal de Justiça, bem como de estabilidade após dois anos de efetivo exercício. Com base no que entende a jurisprudência acerca do regramento constitucional relativo a tais agentes públicos, é correto afirmar que:

- a) São inconstitucionais a exigência, pela Constituição do Estado, da escolha do Procurador-Geral dentre os integrantes da carreira, assim como a previsão de foro especial para os membros da advocacia pública.
- b) É válida a exigência relativa à escolha do Procurador-Geral, dentre os integrantes da carreira, mas inconstitucional a disposição que trata do foro especial dos membros da instituição.
- c) São inconstitucionais a exigência de escolha do Procurador-Geral dentre os integrantes da carreira, assim como a aquisição de estabilidade após 2 anos de efetivo exercício.
- d) Apenas a disposição versando sobre a estabilidade dos procuradores estaduais deve ser rejeitada, uma vez que a tais agentes aplica-se a garantia da vitaliciedade, por expressa previsão contida na CF/88.
- e) A emenda padece do vício de constitucionalidade em todos os aspectos mencionados, já que as regras relacionadas ao foro especial, às garantias e à escolha dos membros da advocacia pública estão taxativamente descritas na Constituição da República.

32. Analise os próximos itens:

- (I). Nomear Ministro do Tribunal Superior do Trabalho;
- (II). Conceder anistia, mediante decreto;
- (III). Permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional;
- (IV). Nomear, após aprovação do Senado Federal, o Advogado-Geral da União;

(V). Extinguir, mediante decreto, cargos públicos vagos em qualquer unidade federativa.

São atribuições conferidas pela Constituição Federal ao Presidente da República:

- a) I, II e III.
- b) III e V.
- c) II, IV e V.
- d) I e III, apenas.
- e) II e IV, apenas.

### DIREITO CIVIL

33. A respeito da eficácia das leis no espaço, é correto afirmar:

- a) A lei do país em que nascida a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade.
- b) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que domiciliada a pessoa.
- c) O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apenhada.
- d) Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que domiciliado o devedor.
- e) A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado os herdeiros ou legatários, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.

**34.** José viajava sozinho no seu automóvel, da sua casa até o município vizinho, à trabalho, quando iniciou uma forte chuva. Em razão da quantidade de chuva e de forte correnteza, uma barragem que ficava situada próximo à rodovia rompeu-se, levando o carro em que José estava. Passado um ano de intensas buscas, o corpo de José nunca foi encontrado. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Pode ser declarada a morte presumida, com a decretação de ausência, desde logo.
- b) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, somente após dois anos de buscas.
- c) A declaração da morte presumida poderá ser requerida independentemente de esgotadas as buscas e averiguações.
- d) A declaração de morte presumida não impõe obrigatoriamente que a sentença fixe a data provável do falecimento.
- e) Deve ser registrada, em registro público, a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

**35.** Segundo as disposições do Código Civil, a respeito das Pessoas Jurídicas, é correto afirmar:

- a) São pessoas jurídicas de direito público interno todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
- b) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- c) São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo possível, contudo, ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.
- d) A pessoa jurídica confunde-se com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores.
- e) A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas não é instrumento lícito de alocação e segregação de riscos.

**36.** A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que:

- a) for confirmado pelo comportamento das partes anterior à celebração do negócio.
- b) for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo, se identificável.
- c) corresponder a qual seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, desconsideradas as informações disponíveis no momento de sua celebração.
- d) corresponder à boa-fé.
- e) corresponder aos usos, costumes, desconsideradas as práticas do mercado relativas ao tipo de negócio.

**37.** Marcos propôs à Odair, exímio pescador, uma compra de peixes. Ficou estipulado o valor de R\$ 200,00 por uma hora no mar, tendo sido determinada uma quantidade mínima de dez peixes que devem ser pescados, ou seja, um montante mínimo. Trata-se de um contrato classificado como:

- a) Contrato comutativo.
- b) Contrato aleatório.
- c) Contrato atípico.
- d) Contrato de adesão.
- e) Contrato solene.

**38.** Com relação aos contratos, será obrigatória a proposta:

- a) se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita.
- b) se, feita sem prazo a pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.
- c) se, feita a pessoa ausente, não tiver sido expedida a resposta dentro do prazo dado.
- d) se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.
- e) se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**39.** Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre os prazos do juiz e do serventuário, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz proferirá os despachos em 10 (dez) dias.
- b) O juiz proferirá as decisões interlocutórias em 15 (quinze) dias.
- c) As sentenças devem ser proferidas no prazo de 30 (trinta) dias.
- d) O serventuário deverá remeter os autos conclusos em, no máximo, 5 (cinco) dias.
- e) A execução de atos processuais pelo serventuário deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contados da conclusão do ato processual anterior ou da ciência da ordem, a depender do caso.

**40.** Em relação à contagem dos prazos processuais, pode-se afirmar que:

- a) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.
- b) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, mediante requerimento, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal.
- c) Se a defesa for oferecida por apenas um dos litisconsortes, apenas este terá direito à contagem do prazo em dobro.
- d) O benefício do prazo em dobro é aplicável a processos em autos físicos e eletrônicos.
- e) A parte poderá renunciar tacitamente aos prazos estabelecidos em seu favor.

**41.** A tutela provisória é gênero do qual são espécies a tutela de urgência e a tutela de evidência. O Código de Processo Civil prevê que:

- a) A tutela de evidência, cautelar ou antecipada, poderá ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- b) Quando requerida em caráter incidental, a tutela provisória demandará custas complementares.
- c) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- d) Havendo suspensão do processo, a tutela provisória, em regra, perderá sua eficácia, devendo ser objeto de novo pedido ao término da suspensão.
- e) Nas ações de competência originária de tribunal e nos recursos, a tutela provisória será requerida ao relator.

**42.** O Código de Processo Civil prevê várias situações autorizadoras de suspensão processual. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O processo poderá ser suspenso por até 6 (seis) meses por convenção das partes.
- b) Quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa, o processo ficará suspenso até o trânsito em julgado da ação.
- c) O processo poderá ser suspenso pela admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas e do incidente de assunção de competência.
- d) Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, ainda que arguido seu impedimento ou suspeição.
- e) Se o conhecimento do mérito depender de verificação da existência de fato delituoso, o processo ficará suspenso até o trânsito em julgado da ação criminal.

43. O incidente de assunção de competência (IAC) foi uma das grandes inovações introduzidas pelo Código de Processo Civil de 2015. Sobre o referido incidente, assinale a alternativa correta.

- a) O incidente de assunção de competência exige relevante questão de fato e de direito para que seja admitido.
- b) A repetição em múltiplos processos é um requisito comum ao incidente de assunção de competência e o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- c) O julgamento do incidente caberá ao órgão colegiado indicado no regimento interno do tribunal.
- d) O acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os juízes e órgãos fracionários, ainda que haja revisão de tese.
- e) O incidente de assunção de competência não poderá ser proposto *ex officio*, dependendo sempre de requerimento da parte, do Ministério Público ou Defensoria Pública.

44. A execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial forma um novo processo autônomo, ao contrário do cumprimento de sentença que inaugura uma nova fase processual. Sobre os títulos executivos extrajudiciais e sua execução:

- a) são exemplos de títulos executivos extrajudiciais: a sentença penal condenatória transitada em julgado, a sentença arbitral e a sentença estrangeira homologada pelo STJ e a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do *exequatur* à carta rogatória pelo STJ.
- b) os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro dependem de homologação para que sejam executados.
- c) são exemplos de títulos executivos extrajudiciais: o crédito de contribuições condominiais ordinárias e extraordinárias, assim como a certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados.
- d) ao propor a execução do título executivo extrajudicial, o exequente deverá instruir a petição inicial com o título, o demonstrativo do débito atualizado até a data da propositura da ação, sendo

presumida a prova de que se verificou a condição ou ocorreu o termo.

- e) Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de 20%, a serem pagos pelo executado. Este percentual será reduzido pela metade caso o executado efetue o pagamento integral no prazo de 3 dias.

### DIREITO PENAL

45. Conforme entendimento jurisprudencial predominante, o princípio da insignificância é aplicável ao crime de:

- a) descaminho
- b) moeda falsa
- c) peculato
- d) roubo
- e) extorsão

46. José foi condenado definitivamente pela prática de determinado delito, a uma pena de reclusão de 02 anos e pagamento de 20 dias-multa. No curso da execução da pena privativa de liberdade e antes de efetivado o pagamento da multa, sobrevém nova lei penal descriminalizando a conduta praticada por José. Nesse caso, é correto afirmar que a nova lei:

- a) será aplicada ao caso de José, fazendo cessar a pena privativa de liberdade, mas não a pena de multa
- b) será aplicada ao caso de José, fazendo cessar a pena privativa de liberdade e a pena de multa, persistindo, porém, os demais efeitos penais e extrapenais da condenação
- c) será aplicada ao caso de José, fazendo cessar a pena privativa de liberdade e a pena de multa, bem como os demais efeitos penais da condenação, permanecendo os efeitos extrapenais da condenação
- d) será aplicada ao caso de José, fazendo cessar a pena privativa de liberdade e a pena de multa, bem como fazendo cessar os demais efeitos da condenação, penais e extrapenais
- e) não será aplicada ao caso de José

47. Acerca do concurso de pessoas e da extinção da punibilidade, julgue os itens seguintes:

- a) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se não há pelo menos o início dos atos preparatórios
- b) O Código Penal brasileiro adota a teoria monista, de forma que todos os agentes de um concurso de pessoas devem responder pelo mesmo crime, devendo ser aplicada pena idêntica para todos os concorrentes
- c) A anistia é concedida por Lei e atinge todos os efeitos penais da condenação
- d) A pena de multa prescreverá no prazo de 03 anos, caso seja a única cominada ou aplicada
- e) São reduzidos pela metade os prazos prescricionais quando o agente tinha menos de 18 anos à época do fato

48. José, servidor público, certificou falsamente, em razão de função pública, que Maria havia exercido a função de voluntária no TJRJ por 03 anos, fato que habilitava Maria a tomar posse em cargo público.

Nesse caso, José praticou o crime de:

- a) Prevaricação
- b) Peculato
- c) Corrupção passiva
- d) Falsidade ideológica
- e) Certidão ou atestado ideologicamente falso

49. José, técnico judiciário do TJRJ, atendendo ao pedido de um advogado, acelerou indevidamente o andamento de determinado processo judicial, sem receber nenhuma vantagem indevida em troca.

Nesse caso, é correto afirmar que José:

- a) Não praticou crime, ante a ausência de intuito de lucro, embora possa ser responsabilizado em processo administrativo disciplinar
- b) Praticou crime de prevaricação
- c) Praticou crime de condescendência criminosa
- d) Praticou crime de corrupção passiva privilegiada
- e) Praticou crime de tráfico de influência

50. Pedro, empresário do ramo alimentício, ofereceu ao servidor público José, duas passagens aéreas de primeira classe para Dubai, a fim de que este não realizasse vistoria no estabelecimento de Pedro. José aceitou a oferta, mas acabou não viajando em razão da pandemia provocada pela COVID-19. Por conta disso, José não cumpriu sua promessa e realizou a vistoria no estabelecimento de Pedro.

Nesse caso, é correto afirmar que Pedro responderá pelo crime de:

- a) Corrupção ativa, consumada no momento em que José aceitou a vantagem oferecida
- b) Corrupção ativa, consumada no momento em que ofereceu a José a vantagem indevida
- c) Corrupção ativa, em sua forma tentada
- d) Corrupção passiva consumada
- e) Corrupção passiva tentada

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

51. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta:

- a) Conforme entendimento do STF, o indiciamento de autoridade com foro por prerrogativa de função dispensa autorização do Tribunal competente
- b) É direito do ofendido requisitar diligências à autoridade policial
- c) A disponibilidade é uma das características do inquérito policial
- d) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, o IP somente poderá ser encerrado se houver manifestação da vítima
- e) O trancamento do inquérito policial, por meio de habeas corpus, é cabível quando a sua tramitação configurar flagrante constrangimento ilegal, como no caso de evidente atipicidade ou extinção da punibilidade

**52.** Maria foi vítima de um crime de furto, praticado por José. Ao final do inquérito policial, o MP não ofereceu denúncia, nem adotou qualquer providência válida, tendo Maria ajuizado a competente queixa-crime subsidiária. No curso da ação, Maria deixou de dar andamento ao processo por 30 dias seguidos, de forma injustificada.

Nesse caso, o Juiz deverá:

- a) extinguir o processo, em razão da renúncia tácita
- b) extinguir o processo, em razão do perdão tácito
- c) extinguir o processo, em razão da perempção
- d) intimar o MP, para que assuma a titularidade da ação
- e) dar seguimento ao processo normalmente

**53.** Acerca das provas e da prisão cautelar, julgue os itens:

I - José subtraiu o celular de um pedestre e fugiu, mas foi perseguido por um cidadão que havia presenciado o fato criminoso, tendo sido capturado pelo referido cidadão, que lhe deu voz de prisão. No presente caso, houve flagrante impróprio.

II - Presentes os demais requisitos, a prisão preventiva é cabível no caso de ser o agente reincidente em crime doloso, ainda que a pena máxima cominada ao crime imputado não seja superior a 04 anos de privação da liberdade.

III - O exame de corpo de delito é indispensável nos crimes que deixam vestígios, não podendo supri-lo a confissão do acusado. Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.

IV - Os menores de 14 anos, assim como os doentes mentais, são proibidos de depor.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e III
- b) I e II
- c) II, III e IV
- d) I, III e IV
- e) I, II e III

**54.** Acerca das citações e intimações e da sentença, julgue os itens a seguir:

I - É nula a citação de réu preso na mesma unidade da federação do Juízo processante

II - É incabível a citação por edital no rito sumário

III - Expedida a carta rogatória para citação de réu que se encontra no estrangeiro, ficará suspenso o curso do prazo prescricional até seu cumprimento

IV - Quando da prolação de sentença condenatória, deverá o Juiz determinar o recolhimento do réu à prisão

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e III
- b) I, II e III
- c) II e IV
- d) I e IV
- e) III e IV

**55.** Acerca da prisão, da fiança e da liberdade provisória, assinale a alternativa correta:

a) A própria autoridade policial pode arbitrar fiança no caso de infração cuja pena máxima não exceda a 08 anos

b) Será considerada quebrada a fiança caso o afiançado deliberadamente venha a praticar ato de obstrução ao andamento do processo

c) A fiança poderá ser prestada até a prolação da sentença

d) Caso condenado o acusado, se este não se apresentar para o início do cumprimento da pena definitivamente imposta, será perdido metade do valor da fiança

e) A fiança poderá ser reduzida em até 2/3, se assim recomendar a situação econômica do agente, mas não poderá ser dispensada



**56.** José foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de roubo. Na denúncia, o MP pugnou pela decretação da prisão preventiva de José, para a conveniência da instrução criminal. O Juízo recebeu a denúncia, mas indeferiu o pedido de requerimento de prisão preventiva.

Nesse caso, se pretenderem impugnar as decisões, o MP e a defesa de José, respectivamente, deverão manejar:

- a) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, em ambos os casos.
- b) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias, em ambos os casos
- c) recurso em sentido estrito e apelação
- d) recurso em sentido estrito e habeas corpus
- e) mandado de segurança e habeas corpus

### LEGISLAÇÃO

**57.** Pedro precisa afirmar a existência de uma situação que constem no banco de dados da unidade judicial ou de um fato. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, Pedro expedirá um(a)

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração
- e) Atestado

**58.** No tocante à Administração Interna, a movimentação e inserção de dados nos terminais de movimentação processual, dentre as equipes de processamento integrado das serventias, da equipe

- a) jurídica.
- b) de preparação administrativa.
- c) de digitação.
- d) normativa.
- e) processamento

**59.** Acerca do funcionamento dos Juízos Cíveis, considere

- I – Livro ponto
- II – Livro de protocolo
- III – Livro de sorteio de jurados
- IV – Livro de inquéritos
- V – Livro de vista de autos

Tais unidades manterão os seguintes livros:

- a) Apenas I, II e III.
- b) Apenas II, III e IV
- c) Apenas III, IV e V
- d) Apenas I, II e V
- e) Todos os itens

**60.** De acordo com a Consolidação Normativa Judicial, a Execução de Título Judicial e o Mandado de Injunção, serão autuados pelas seguintes cores de capa

- a) Branca e Azul
- b) Rosa e Cinza
- c) Branca e Verde
- d) Palha e Cinza
- e) Rosa e Palha

**QUESTÃO DISCURSIVA**

Discorra sobre a aplicação da exceção de contrato não cumprido (**exceptio non adimpleti contractus**) em contratos administrativos com a administração pública, abordando, necessariamente os seguintes aspectos:

- a) Aplicação da cláusula **exceptio non adimpleti**;
- b) Princípio da continuidade dos serviços públicos;
- c) Aplicação da exceção em face de culpa da administração.



# Estratégia

## Concursos

## FOLHA DE RESPOSTA

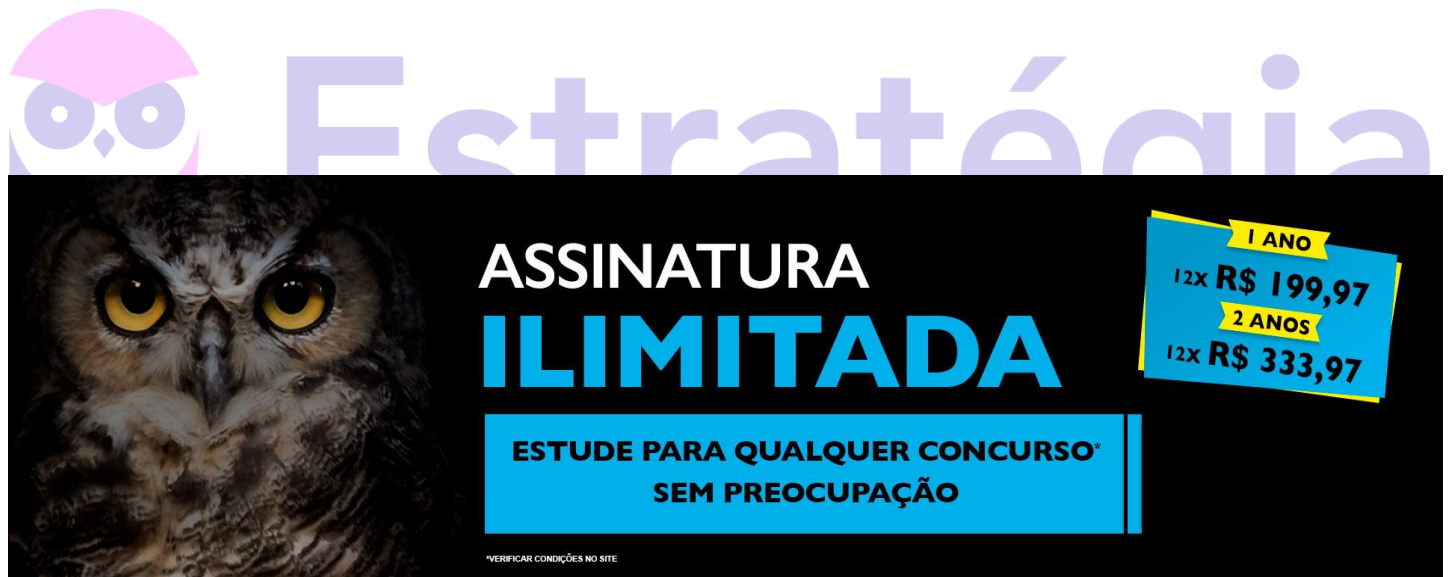
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-04-04>

***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE